

ELEIÇÕES 2018

Desconfiança geral contra classe política "invade" urna eletrônica

Segundo o TSE, adoção do voto impresso pode representar um gasto total de R\$ 2,5 bilhões

▲ VINÍCIUS VALFRÉ
vpereira@redgazeta.com.br

No cenário de descrença generalizada contra o sistema político, de partidos desgastados e de pesquisas indicando aumento de votos brancos e nulos, a desconfiança lançada sobre o sistema político tem sido estendida para a urna eletrônica.

Nas redes sociais, principalmente, movimentos lançam suspeitas sobre a segurança dos equipamentos da Justiça Eleitoral e pedem a implementação de mecanismo de impressão de voto.

A urna é uma máquina tecnológica. Portanto, sujeita a falhas. E há teorias da conspiração. Mudá-las custaria caro. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) já estimou em R\$ 2,5 bilhões o custo de mudar todas as urnas para equipamentos capazes de fazer as impressões e para adaptar o sistema.

"São bandeiras levantadas por grupos mais ou menos organizados, cuja ação não se pauta só por descrença, mas em bandeiras conservadoras. Não é porque os EUA não têm que isso indica algo para nós. Seria síndrome de colonizado", comentou o cientista político Vitor Amorim de Angelo.

O fato é que foi aprovada e sancionada em 2015 a Lei 13.165. Conhecida como minirreforma eleitoral, ela incluiu a implantação do voto impresso nas elei-



Urna eletrônica: plano é mudar equipamento para impressão de comprovante

ções brasileiras. Conforme especificado na lei, não se trata de um "recibo" que o eleitor leva para casa.

O sistema apenas mostra num papel os candidatos que o eleitor escolheu e, se houver correspondência entre a impressão e o que foi digitado na urna, o eleitor dá o "ok" para a impressão. O papel impresso é lançado pelo mecanismo dentro de um "local previamente lacrado".

O professor da Unicamp Diego Aranha participou de dois Testes Públicos de Segurança (TPS), em 2012 e 2017. São eventos da Justiça Eleitoral nos quais experts em computação tentam violar as urnas.

Ele diz que a despesa estimada pelo TSE é superestimada e relativiza o impac-

to do gasto. "O sistema eletrônico não produz registro verificável por auditoria independente. Com o voto impresso teríamos eleições auditáveis. Qual o preço disso?", comentou.

Ele afirma que em todos os TPS vulnerabilidades são encontradas. Na última da qual participou, no final

DÚVIDAS

"O sistema foi vencido em testes de segurança. Em todas as edições alguma vulnerabilidade foi encontrada"

DIEGO ARANHA
PROFESSOR DA
UNICAMP

JUSTIÇA ELEITORAL/DIVULGAÇÃO

CERTEZAS

"Só tem uma razão para defender voto impresso: a ignorância. É caro, desnecessário e não previne nada"

DANILO ARAÚJO CARNEIRO
EX-JUIZ ELEITORAL

ro, desnecessário e não previne nada. Se for pensar que pode ter fraude, pode ter fraude em qualquer impressão também. Efetivamente, é inviável fraudar uma eleição", afirmou.

O também ex-juiz eleitoral do TRE-ES, Marcelo Abelha, pensa diferente.

"Existe a possibilidade de a transmissão dos dados pela internet ser modificada? Não sei. E o curioso é que Holanda, EUA e Alemanha não adotaram a votação eletrônica. Há custo na impressão. Mas uma eventual recontagem de votos pode ser a ampliação da segurança. Se tem a mínima possibilidade de acontecer (fraude na urna), não sou contra", afirmou.

USO

O TSE já anunciou que 30 mil das 600 mil urnas terão voto impresso este ano. O órgão tenta comprar os equipamentos, mas empresas selecionadas tiveram seus protótipos reprovados. Uma audiência pública sobre o tema ocorrerá no TSE na próxima segunda-feira.

"Confiança no resultado é essencial"

▲ O promotor Francisco Berdeal, dirigente do Centro de Apoio Eleitoral (Cael) do Ministério Público Estadual (MPES) vê o voto impresso como um pleito de boa parte da sociedade e que, por isso, deve ser respeitado.

"A confiança no resultado do pleito é essencial para a democracia. Se o voto impresso trouxer ao cidadão mais segurança no resultado, melhor será para a própria democracia e, portanto, será algo positivo", disse.

DINHEIRO

O promotor considera um avanço o fim do financiamento de campanhas eleitorais por empresas, mas ainda espera "aperfeiçoamentos pontuais", como na ausência de limites de autofinanciamento dos candidatos ricos.

"Creio que será corrigida essa situação. No mais, a minha impressão é positiva", comentou.

Berdeal também informou que os promotores eleitorais vêm fazendo reuniões periódicas para traçar estratégias de atuação do Ministério Público eleitoral para o pleito de outubro. O próximo encontro será no dia 2 de março.